

Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite

Local: Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde / SES

Rua Esteves Júnior, 160 – 8º andar

Data: 14/05/04

Horário: 14:20 horas

Presentes

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmen Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Flávio Magajewski, Rosina Moritz Silveira, Arion Bet Godoi, Luis Antônio Silva, Roberto Eduardo Hess de Souza, Isabel Cristina Funk.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Salvio Osmar Tonini (Nova Trento), Manoel Américo de Barros Filho (Florianópolis), Antônio Carlos Koeche (Lages), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas), Julita Schramm (Gaspar), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Wanderley L Hilgert (Palmitos), Daníria Souza da Rocha (Lauro Muller), Ivanice Angela Peccin (Herval D'Oeste), Celeste Oetke Schaefer (Rio do Sul), Flávio Filappi (Xanxerê), Luiz Carlos Pereira (Guaramirim).

Desenvolvimento dos trabalhos

A Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 20 min, sob a coordenação de Salvio Osmar Tonini, com a presença dos membros acima descritos. O Coordenador da CIB/COSEMS solicitou inversão da pauta, tendo sido consensado a deliberação dos temas no sentido inverso.

Documentos Recebidos

Justificativa de ausência da Secretária Maria Célia Thomé Toazza;

Ofício 04/04, do Hospital e Maternidade Santa Cecília, solicitando pautar o assunto das AIHs do Hospital, para que seja feito o repasse das cotas pela Secretaria Regional de Videira;

Ofício do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, solicitando apoio na agilização do processo de Credenciamento do serviço de alta complexidade na área de ortopedia e traumatologia, em trâmite na SES.

TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

PSF - MONITORAMENTO DO MS/2002

Aprovado conforme planilha anexa apresentada pela Coordenação do PSF.

PSF - SUPERVISÃO REGIÃO JOAÇABA

Aprovado conforme documento apresentado pela Coordenação do PSF, em anexo.

HABILITAÇÕES PPI/VISA

Ficou garantida a aprovação *ad referendum* das habilitações, à medida em que os municípios apresentem suas pactuações.

PROJETO PROESF

Aprovado o Plano Estadual para o Fortalecimento das Ações de Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Aprovado o Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário, com a alteração conforme documento da reunião com os municípios com menos de 100 presos (anexo).

AIH'S HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA CECÍLIA

O Coordenador CIB/COSEMS convidou a Procuradora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, Dra. Sônia Piardi, para tomar assento à mesa.

A Diretora de Regulação e Auditoria do Sistema, Maria Teresa Locks, esclareceu que o assunto foi trazido à Mesa por entender que, a partir da NOB/96, o Estado de Santa Catarina autorizou ao gestor municipal a ser o autorizador das suas AIH's independentemente da sua habilitação como gestor pleno ou gestor da atenção básica. Disse que a questão de Santa Cecília surgiu a partir de julho/2003, quando o município em fase de conclusão de um outro hospital municipal, começou a não repassar as AIH's ao hospital já estabelecido (Hospital e Maternidade Santa Cecília). Esclareceu que já foi feita auditoria de gestão, que foi dada entrada com uma ação judicial contra o Prefeito e Secretário de Saúde, e que a Promotoria Pública solicitou ao Estado que regularizasse a situação. Mencionou que a preocupação maior é com a situação do novo hospital que não é credenciado pelo SUS, e que o problema continuará a partir do seu credenciamento. Disse que a SES sugere a manifestação da CIB a respeito da distribuição com equidade das AIH's pela Regional de Saúde, visto que a SES não poderia tirar o poder do gestor concedido pela NOB.

A Secretária-Adjunta, Carmen Zanotto, solicitou a concessão da palavra à Dra. Sônia Piardi para que fizesse uma exposição de motivos, visto que o Ministério Público está acompanhando a situação, inclusive com uma liminar que não foi cumprida.

A Dra. Sônia manifestou sua preocupação dizendo que teve acesso ao mandado de segurança impetrado pelo Hospital, tendo verificado um grande volume de autorizações para emissão de AIH's, onde estava apenas o nome do paciente, sem diagnóstico e sem descrição do quadro. Disse ainda que o resultado da auditoria com os valores que estão sendo cobrados, mostra que alguma coisa está errada. Perguntou se o hospital construído está regularizado perante à Vigilância Sanitária, à FATMA e outros órgãos, bem como se o município de Santa Cecília, com a população que tem, comporta dois hospitais credenciados.

O Secretário Antônio Carlos Koeche (Lages) disse que cabe ao município definir o número de hospitais, e que não compete à CIB interferir nessa área.

A Secretária-Adjunta disse que a CIB quando da NOB/96, autorizou todos os municípios independente da condição de gestão, a serem os autorizadores das AIH's da sua população, e que, dessa forma, a SES não pode retirar do gestor municipal o poder que lhe foi delegado pela Comissão. Esclareceu que o hospital ainda não foi credenciado, e que a SES está propondo a retirada da autorização do gestor para a Regional de Saúde, temporariamente, até que a situação seja regularizada. Disse que há uma situação pontual, onde existe um hospital conveniado com o SUS que está por vários meses sem receber as AIH's para cobrir os internamentos de seus pacientes, porque não há autorização por parte do autorizador municipal para o hospital faturar as contas. Mencionou que, se o município continuar com as irregularidades que a auditoria está apontando, ele poderá ser desabilitado da condição de PAB, tendo obrigatoriamente este processo de passar pela CIB, pois é nessa Mesa que são definidas essas questões.

O Secretário Orasil Coelho Pina (Criciúma) disse que em reunião prévia foi discutido o assunto, mas que diante das manifestações a respeito, propõe que o COSEMS aceite a proposta da SES de repassar as autorizações para a Regional de Saúde distribuir, por se tratar de um órgão da Secretaria, para que a situação seja regularizada de imediato. Salientou que o município tem que cumprir com suas obrigações, e que se tiver de ser desabilitado, que o seja.

A Secretária Ivanice Angela Peccin (Herval D'Oeste) disse concordar com o Secretário Orasil, e acrescentou que, conforme o relatório, a saúde daquele município está bagunçada, e que o Estado deve fazer nova auditoria.

A Secretária Julita Schramm (Gaspar) disse que é urgente a intervenção do Estado, pois o município está descumprindo com as normas. Acrescentou que a SES é quem tem o poder de decidir, e não a CIB.

O Secretário Koeche disse que o problema não é só a distribuição das AIH's, mas sim de saber a condição em que está o hospital, pois segundo o relatório de auditoria, há muita coisa errada.

A Secretária-Adjunta disse que a proposta é de o repasse das autorizações para a Regional ser temporário, até a conclusão da auditoria.

A Secretária Angela Vitória Domingues (Chapecó) disse que a auditoria apontou muitas irregularidades, e que houve insegurança por parte do COSEMS para avaliar a questão, visto que a decisão do repasse das AIH's para a Regional é pouco, diante de toda a complexidade do problema.

O Secretário Manoel Américo (Florianópolis) sugeriu que o Estado tome as decisões necessárias, e que apenas seja notificada a CIB.

O Coordenador CIB/COSEMS propôs a interrupção da reunião para que o COSEMS discutisse mais sobre o assunto. Perguntou se a auditoria foi feita de acordo com as normas previstas na auditoria de gestão.

A Diretora Maria Teresa esclareceu que a SES solicita em caráter temporário o repasse das autorizações para a Regional de Saúde, visto que há também a questão da desabilitação do município que acabará vindo à Mesa. Explicou que a SES fez auditoria de gestão em 2002 e 2003, e que agora foi encaminhado um documento para o gestor se manifestar num prazo de 20 dias, a fim de apontar as soluções para o problema. Disse que paralelo ao processo de auditoria, a SES recebeu pedidos por parte do prestador e do usuário do serviço hospitalar, reclamando em nome do hospital a questão da distribuição das AIH's. Ressaltou que a solução do problema terá de ser rápida, visto que o gestor tem prazo para se manifestar a respeito das irregularidades apontadas pela auditoria, senão, terá que ser deliberada pela Mesa a desabilitação do município, e por isso o pedido temporário.

Após interrupção da reunião para discussão das partes, o Coordenador da CIB/COSEMS disse que o COSEMS acata o pedido da SES no que tange ao gerenciamento das AIH's. Solicitou um prazo de 90 dias para a conclusão do processo de auditoria, e que a CIB fosse informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos no município em questão, bem como, se houvesse necessidade, que o município de Santa Cecília, assim como a Regional de Saúde, tivesse oportunidade de manifestação na mesa da CIB.

ALTERAÇÕES PPI

Aprovadas as alterações na PPI, conforme parecer e planilha de alterações emitido pela Gerência de Programação e Orçamentação da DIRP/SES, em anexo.

RESSARCIMENTO DOS ADIANTAMENTOS 2001/2002

O Secretário Orasil manifestou o parecer do COSEMS, conforme segue: "A ação foi feita pelo Estado diretamente com o prestador, não tendo havido autorização da Mesa da CIB. O COSEMS questiona a SES acerca de quais providências legais estão sendo tomadas para solucionar essa questão. Há necessidade de mais informações para que o COSEMS se posicione".

A Diretora Maria Teresa disse que a SES trouxe o assunto para conhecimento da CIB em fevereiro/2003. Salientou que a SES realizou auditoria, e apresenta à CIB para conhecimento da apuração efetiva da utilização ou recebimento do recurso, bem como apresenta proposta de ressarcimento dos adiantamentos.

O Secretário Orasil disse que a preocupação do COSEMS é que, sendo o recurso ressarcido, que a sua reaplicação obedeça aos trâmites normais do Sistema Único de Saúde.

A Secretária Angela propôs outra forma de ressarcimento através de convênios nas unidades hospitalares que tenham repasses de custeio, visto que o repasse foi feito direto ao prestador, e não através do município, tendo sido acatado pela mesa conforme o item "c" do documento proposto pela SES como segue: " c) Os municípios em Gestão plena devem ter proposta individualizada para este ressarcimento: através de desconto do convênio, prestação de serviços para atender a demanda reprimida do estado, laudos represados e/ou ressarcimento financeiro, conforme proposta dos municípios plenos a ser encaminhada à SES, até a próxima reunião da CIB".

O Secretário Renato Afonso da Rocha (Bombinhas) solicitou que os valores apresentados voltassem aos cofres do Estado, e passassem por uma pactuação da Mesa.

A Secretária-Adjunta explicou a questão dos valores, dizendo que seriam trazidos à Mesa para informes.

Aprovada a proposta de ressarcimento dos adiantamentos 2001 e 2002, conforme documento anexo, já com nova redação do item "c".

DISCUSSÃO

TRANSFERÊNCIAS DE PACIENTES DE CACON

O Coordenador CIB/COSEMS solicitou à SES agilização do credenciamento do CACON em Joaçaba, visto a sobrecarga de Chapecó em não poder atender toda a demanda.

A Diretora Maria Teresa disse que o pedido foi para o Ministério da Saúde em outubro/2003, e que a última informação é que o processo já passou pelo INCA, e foi reencaminhado ao

Ministério. Disse acreditar que em quinze dias, a situação será regularizada, tendo em vista que o parecer final é do INCA.

O Coordenador CIB/COSEMS solicitou informação a respeito do déficit permanente de custeio do atendimento da quimioterapia de Criciúma.

O Diretor de Planejamento e Coordenação, Flávio Magajewski, disse que estiveram reunidos com o Colegiado daquela região, e que foi acordada uma avaliação da demanda para oncologia de Criciúma. Salientou que outro encaminhamento da SES é de concluir as auditorias de alta complexidade ambulatorial para que possam analisar os dados com mais segurança e apresentar proposta de reestruturação de teto, de transferência de recurso de uma região para outra, se for necessário o caso, e até uma realocação de recurso da PPI.

O Secretário Renato Espanhol de Barros (Blumenau) perguntou sobre o parecer jurídico da SES a respeito do CACON.

O Consultor Jurídico da SES, Rodrigo de Linhares, disse que com base na Portaria 3535/1998, que estabelece os critérios para cadastramento de CACONs, foi elaborado um modelo de instrumento jurídico com as normas mínimas que deverão reger a relação contratual entre os CACONs I, já cadastrados com outros prestadores para cirurgias oncológicas, serviços especializados e exames complementares, de forma a garantir a assistência integral ao paciente oncológico. Disse que essa forma de contratação autorizada pelo sub-item 4.1.1 da Portaria 3535, o qual define como características do CACON I, o fato de apenas disporem, e não possuírem todos os recursos humanos e equipamentos necessários à prestação de serviços, compondo assim, uma estrutura organizacional. Salientou que a mesma Portaria prevê que os CACONs tipos II e III, não existentes em Santa Catarina, devem possuir tais serviços dentro da mesma estrutura física. Afirmou que, com base nessa diferenciação, é que foi elaborado o modelo de contrato, conforme anexo.

INFORMES

CONTRATUALIZAÇÃO PRESTADORES PRIVADOS (HOSPITAIS)

A Secretária-Adjunta informou que a reunião com a Federação dos Hospitais não aconteceu por problemas de comunicação no repasse do e-mail, e que está sendo agendada uma nova data para resolver as questões da contratualização dos hospitais, bem como dos de pequeno porte.

CARDIOLOGIA RIO DO SUL

A Secretária-Adjunta informou que a SES recebeu um documento da Gerência Regional de Saúde/27ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, com relação a Lages e demais municípios da região serrana, referente à dificuldade do acesso aos serviços de cardiologia em Rio do Sul. Disse que estão sendo aplicados instrumentos de avaliação do serviço de cardiologia, bem como foi feita a contratação de profissionais da área. Salientou que a Portaria Ministerial que vai disciplinar essa questão ainda não foi publicada porque o Ministério está discutindo o impacto financeiro dos novos serviços. Propôs que a Câmara Técnica de Cardiologia retomasse os trabalhos baseados na minuta da Portaria. Complementou dizendo que é preciso resolver a situação, pois se o Ministério da Saúde não dispor de mais recursos para a Cardiologia de Santa Catarina, há necessidade de buscar junto ao Fundo Estadual de Saúde.

O Secretário Flávio Filappi (Xanxerê) disse que na próxima reunião da Câmara Técnica há necessidade de a SES apresentar levantamento de dados, pois a função da Câmara Técnica é de analisar documentos para que possam elaborar uma proposta para a CIB.

A Secretária Celeste Schaefer (Rio do Sul) disse que não tinha conhecimento do documento de Lages encaminhado à SES, e que realmente existe uma demanda reprimida de todos os serviços da cardiologia. Informou que há 142 ecocardiogramas represados desde 2002, da região de Lages, e que de Rio do Sul há 245. Convidou o Secretário de Lages para discussão do assunto, bem como para rever a situação com o prestador em Rio do Sul.

SISTEMA GRENCIAMENTO MEDICAMENTOS ALTO CUSTO

A Gerente de Programação da Produção da Diretoria de Assistência Farmacêutica, Karin de Brida, fez a exposição do sistema informatizado, sua metodologia e ferramentas que serão utilizadas a partir de agora por todos os farmacêuticos responsáveis pela distribuição dos medicamentos de alto custo nos municípios.

ASSUNTOS GERAIS

A Secretária-Adjunta informou que a Portaria 432/MS, que prevê a liberação das próteses auditivas e de todo o serviço, foi prorrogada por mais 90 dias. Disse que Santa Catarina só tem um serviço credenciado, que é privado, e que esta prorrogação significa um grande prejuízo para o Estado. Propôs a elaboração de um documento da CIB, solicitando ao Ministério da Saúde o credenciamento temporário de Joinville para que o Estado não fique com a demanda reprimida.

Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 14 de maio de 2004.